

A Universidade Eidética e a Universidade Brasileira, por sua Imagem: a USP

Benedito Motta

Prof. Assistente-Doutor. Regente da cadeira de
Sociologia Jurídica da FDUSP. Mestre da
Poli e FMU

A UNIVERSIDADE se alicerça nas pilstras da EDUCAÇÃO, que visa a feitura do HOMEM total: saber, cultura, técnica e vida ou forma consubstancial da vida. "Hominem fieri educatio est".

S U M A R I O

I — INTRODUÇÃO

II — CONCEITO DE UNIVERSIDADE

1. Essência das coisas.
2. Conceituação de Universidade, no âmbito conjuntural.
3. Exame de termos do conceito:
 - 3.1. Universidade.
 - 3.2. Elementos humanos naturais e estruturais.
 - 3.3. Pesquisa e Ensino.
 - 3.4. Fins da Universidade.

III — A UNIVERSIDADE BRASILEIRA

1. Conceito.
2. História.
3. Datas significativas da vida universitária brasileira.
4. A Problemática da Universidade Brasileira.

IV — CONCLUSÃO: SOLUÇÃO A PROBLEMATICA DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

V — CITAÇÕES

VI — BIBLIOGRAFIA

I — Introdução

1. O Homem, porque duplo, é eterno!

Componente de Matéria, finitude, e de Espírito, infinitude, por metáfora abusiva, é um deus! Um deus, com início, por criação, direta ou indireta, evolução, como disputam os doutos, é o retrato menor do

próprio Deus. Como Ele, eterno. Como Ele, infinito. Espírito, não se corrompe, não se enclausura no tempo, não se dilui nas épocas. Atemporalidade e anespacialidade são-lhe da própria essência.

Liberto dos grilhões da História e dos contornos do Espaço, é livre.

A liberdade é uma das silhuetas, que lhe demonstra a natureza.

O Homem, sobrepairando o Espaço e o Tempo, neles, porém, se condiciona! Por isto, o Homem do Século XX e dos séculos vindouros, é, na essência e dignidade, o mesmo Homem da Pedra Lascada ou da Época de Ouro, de que fala Ovídio.

O Homem, inteligente, reconhece, nos semelhantes, a mesma natureza, auto-impondo-se freios a sua liberdade, fazendo-a, responsavelmente, relativa.

Este é o Homem. Eterno, Infinito. Livre.

2. Fechado em sua concha de matéria, o Homem tende sobrepujá-la pelo espírito, que se manifesta, no anseio de tudo saber. Nada se lhe escapa. Na terra. No ar. No Mar. Aspira à universalidade, «universitas», concretiza em uma visão de conduto: universidade.

Universidade, em verdade, é, primordialmente, universo. E o Homem deseja o universo. Universo de «unus vertere», o que, sendo diverso, resolve-se e combina-se no uno. Uno, o que tem unicidade ou unidade ou univocidade. Uno, o que se opõe à decomposição, à fragmentação. Numa palavra, o que constitui um sistema». (1).

Esta visão de conjunto, a universidade, é, portanto, uma exigência do espírito libertário do Homem. A universidade do conhecer nasce da liberdade humana. Com ela se reciproca. O que é livre é universal.

No plano conjuntural, querendo englobar o saber geral, o Homem criou a Universidade.

3. Em nosso empreendimento de conhecer a Universidade Brasileira, é de todo lógico que prenotemos conceitos gerais, sobre a Universidade Intemporal, de que, como conclusão fluirá a visão da Universidade Nacional. Será a espécie defluente do gênero.

II — Conceito de Universidade

1. Para que se conheçam as coisas, profundamente, devemos-nos voltar para a sua essência, para a sua idéia. E a Universidade não fugirá à regra.

Para conhecer a Universidade, abstraiâmo-nos, pois, de suas notas individualizantes, temporais e espaciais. Não vejamos a Universidade

(1) ROBERTO AGRAMONTE, *Sociologia da la Universidad*, pág. 9.

como um ser concreto, existente «hic et nunc». Concebâmo-la como idéia, como «ser eidético», universal.

E este será método profícuo para o conhecimento da Universidade Brasileira. Por ele, podemos ver se a Universidade do Brasil se enquadra no protótipo, na idéia da Universidade. Se vem realizando o ideal universitário. Outra razão nos suade a que procedamos deste modo. É o fato de a Universidade, daqui ou de lá, ser um ente histórico, individual, acidental, concreto e alterável, enquanto que a Universidade, como ser eidético, é intemporal, universal, permanente, inalterável e mais real que a Universidade concreta, que a Universidade que vemos, que a Universidade com que convivemos. Esta pode alterar-se ou destruir-se, ao passo que a idéia da Universidade é inalterável e indestrutível, porque reflete a própria idéia, eterna e inamovível. (2).

Deste modo, as Universidades só têm existência real, quando refletem, em seu ser, a eternidade da idéia, (3). Por isto, quando se alardeia a crise da Universidade, o que há é um rebate falso, de quem desconhece a Universidade eidética. Nesta ocasião, verdadeiras, mais do que nunca, soam as palavras de MIGUEL REALE: «parece-me que a crise existente é mais na do que da instituição». (4).

Em suma, «só veremos a Universidade, em sua própria realidade, quando a intuimos, em sua própria personalidade, em seu ser originário; quando o seu singular se explica pelo Universal, por um ato ideatório ou de visão, pois idéia significa ver, ver com os olhos do espírito, ver a Universidade como essência pura e categorial». (5).

Assim, vêm e vão as reformas e os reformadores. A Universidade permanece. Sua crise será «na» instituição e não «da» instituição, porque «uma universidade há de ter — em sua própria dimensão —, a unidade do Universo que as Escrituras Védicas chamam o Único-uno, que possibilita a perene modalidade do cosmos e que nos diz serem as suas partes dotadas dessa Força-una, sem a qual o cosmos se desfaria em nada, o não-existir. Essa força genetriz une as moléculas à virtude da afinidade e os seres humanos no amor ao próximo: o espírito universal do Universo.

Uma universidade é Universidade, quando reflete, em seu ser, a unidade cósmica do Universo; quando há totalidade e harmonia, em suas partes constitutivas, tal como se manifestam em uma superior unidade funcional, em uma Vida-una, em uma «enteléquia». E, porque sistema, o desajuste de uma única de suas partes, por insignificante que seja, produz, «ipso facto», a desarmonia efetiva do todo.

(2) Id., ib., pág. 8.

(3) Id., ib.

(4) MIGUEL REALE, A «Crise» da USP(2), Folha de S. Paulo, 29 de maio de 1980, apud A Crise da USP, pág. 160.

(5) ROBERTO AGRAMONTE, ib., pág. 9.

Essa força matriz, a Universidade, é «Alma mater»: mãe que nutre, mãe que é nobre, ou, simplesmente, mãe «que é» (6).

Por consequência, não pode haver crise da Universidade ideal. E, quando houver crise na Universidade conjuntural, ou em uma de suas moléculas, esta Universidade estará em perigo de morte, pois o sistema não mais se lhe ajusta, na realidade.

Havendo crise nesta Universidade concreta, histórica, ela poderá morrer, não, porém, a sua alma, a sua idéia, cujos predicados fundamentais, saber, cultura, técnica e vida ou forma consubstancial da vida, (7), atestam-lhe a perenidade.

Estes quatro predicados, defluentes do espírito e da carne do Homem, são a dimensão da Universidade eidética, que, por eles, é incorruptível, acrítica.

2. No âmbito conjuntural, podemos conceituar a Universidade, como um centro, constituído de elementos humanos, naturais (corpo pesquisa-ensino, efetivado, com liberdade responsável, busca-se o desenvolvimento e a promoção cultural do Homem, para a sua integração na comunidade.

3. Deste conceito, analisemos alguns termos:

3.1. UNIVERSIDADE — Além do dito, anteriormente, a respeito do seu étimo, que se prende a «universo», o epíteto de «Alma mater», que se lhe atribui, é esclarecido pelo filósofo JOSÉ GAOS: «.... » «Alma mater» quiere decir alma (que es). Pero no se trata precisamente del sustantivo «alma» que, en latín, se dice «ánima», sino que se trata del adjetivo «almus», «alma», «alumno», que quiere decir aproximadamente «noble». De suerte que se trata de la «noble madre» universitaria. Por lo demás, se puede encontrar este mismo adjetivo, en castellano y con esta significación de noble, en el verso de Fray Luis de León que dice: «en el almo reposo» huyo de aqueste mar tempestuoso, etc. La rectificación no debe impedirle a usted mantener el paralelismo entre la Universidade y el alma, y las facultades de una y otra, que me parece certero y capital. Basta que usted encuentre la relación por el lado mismo de las facultades. Puesto que de hecho éstas existen en la Universidad, y lo clásico es atribuir las al alma; es que la Universidad ha sido considerada como teniendo o siendo un alma. Y esto sí que es verdad. Porque ya lo creo que tiene y que lo es, (8).

ROBERTO AGRAMONTE, indo mais a fundo, na explicação da palavra «alma» aplicada à Universidade, aduz: «La palabra «alma»

(6) Id., ib., págs. 9/10.

(7) Id., ib., pág. 12.

(8) Id., ib., págs. 10/11.

procede del verbo sánscrito «an» que significa soplar, progenitor del sustantivo latino «anima» que significa «hálito»; pero ese soplo, que es lo que hacía al alma activa, sesupuso que era de origen divino — hálito de los dioses. — De ahí que «Alma mater» es el noble hálito que alimenta y vivifica a ese cuerpo que es la Universidad. «Atma», alma enseñan las letras sanscritas — significa puntualmente «el de mí», «el de sí»; que es justamente lo noble, lo puro, lo santo. Esta alma tenía, según la antigua doctrina, funciones anímicas o facultades, que eran capacidades de funcionar, de ser activa. Es curioso cómo desde la Edad Media se viene manteniendo una alalogia entre las facultades del alma y las facultades de la Universidad. Aristóteles — creador de aquella Universidad, el Liceo, de aquella insuperable y ejemplar «universitas literarum» — acuñó la palabra «dúnamis», de acuerdo con su filosofía vitalista; y los psicólogos medievales la tradujeron como potencia, fuerza, «vis» o facultad. Por eso, así como la inactividad de una de estas facultades del alma traía aparejada la muerte anímica del individuo, una universidad inerte está igualmente en peligro de muerte». (9).

3.2. ELEMENTOS HUMANOS NATURAIS (corpo docente e corpo discente) E ESTRUTURAIS.

NATURAIS

PROFESSOR. «A Universidade é um centro e uma de suas finalidades é ensinar («professar-disciplinar»), por professores que constituem o elemento pessoal permanente da Universidade, sem o qual esta não pode existir nem subsistir». (10).

ALUNO. «...é o fator pessoal complementar constitutivo da Universidade, que sem ele, não existe também. Não pode existir, simplesmente, porque a Universidade é para o estudante, não para o professor...». (11).

PROFESSOR-ALUNO. A relação professor-aluno é uma questão de maior relevância da Filosofia da Educação, em todos os tempos. É tão importante que os estudiosos costumam compará-la com a relação pai para filhos. Os mestres são, sempre, pais espirituais». Por esta razão, o entrosamento entre professor e aluno deve ser «correto», isto é, reto, justo, adequado, conseqüente, de uma e outra parte, porque, caso contrário, surge a fricção, a tensão ou o desacordo, entre os fatores pessoais da Universidade. (12).

(9) Id., ib., págs. 11/12.

(10) Id., ib., págs. 18/19.

(11) Id., ib., pág. 23.

(12) Id., ib., pág. 26.

ESTRUTURAIS

Estes elementos administrativos, originariamente, eram constituídos do Reitor e dos Conselhos.

REITOR. Cargo mais alto, representando a síntese de todas as vontades particulares universitárias. Suas qualidades são: a retitude (reitor), justiça, equanimidade, suavidade (na forma) e energia (no fundo). Dele se podia dizer: «suaviter in modo, fortiter in re». ⁽¹³⁾.

CONSELHOS. (Aconselhar o melhor para o governo universitário), eram constituídos pelos dez («decanus») homens mais antigos da comunidade. Sua função era supervisora.

Com o decorrer do tempo, estes elementos se pletoraram, tomando feição diferente, conforme a localidade.

3.3 PESQUISA E ENSINO. «Quem conhece, porém, afirma o Prof. Miguel Reale, a vida de uma Universidade que esteja procurando cumprir a missão que lhe cabe no seio da comunidade, sabe que ela não pode se restringir a ministrar ensino. Desde 1969 passou a ser um truismo a afirmação de que o ensino superior não pode ser concebido separado da pesquisa e da prestação de serviços à sociedade» ⁽¹⁴⁾.

Entendemos que a pesquisa é uma decorrência do ensino que, hoje em dia, não pode ser entendido como separado daquela. Por esta razão, examinemos a pesquisa, que interessa ao nosso tema, sendo o ensino um pressuposto necessário.

PESQUISA: «busca, procura diligente, investigação cuidadosa». Sua figura mais importante é a «pesquisa científica».

Sob o ângulo científico, a pesquisa é «a investigação sistemática de determinados fenômenos ou séries de fenômenos, por métodos experimentais, a fim de se constatar a existência de um ou mais fatos ou de coordenar, por meio de leis, os fatos já conhecidos». ⁽¹⁵⁾.

Neste conceito, dois termos diferentes, observação e experimentação, interpermeiam-se, embora CLAUDE BERNARD, entendendo que, salienta RÉGIS JOLIVET, «a observação, por oposição à experimentação deve ser definida como o conjunto de procedimento, provocados ou não, que conduzem à elaboração de uma hipótese, enquanto que a experimentação tem por fim essencial a verificação de uma idéia ou de uma hipótese». ⁽¹⁶⁾.

Pela pesquisa, o Homem se coloca perante o Universo. Pesquisando, ele, por sua própria força e personalidade, atira-se sobre o desconhecido, fazendo-o emergir, sob a roupagem científica da hipótese

(13) Id., ib., pág. 32.

(14) MIGUEL REALE, ib., pág. 157.

(15) ENCICLOPÉDIA BRASILEIRA GLOBO, verbete «Pesquisa».

(16) RÉGIS JOLIVET, Vocabulário de Filosofia, verbete «Observación».

ou de teoria nova. Esforço titânico, que como prêmio, retorna à Universidade, em troca daquilo que ela deu ao pesquisador.

Dois outros ângulos devem ser vistos, na pesquisa. Um altamente educativo, porquanto, por ela, o aluno afirma a sua personalidade, ao ver que, não mais pelas lições repetitivas dos livros, que é saber alheio, mas, pelo seu próprio saber, torna-se elemento útil à Universidade e à comunidade. Afirma sua personalidade, ao perceber que, na pesquisa, não fora programado, mas, livremente, se programou, graças aos seus esforços e a ciência acumulada. Chegou-se a resultado positivo, nos âmbitos de uma liberdade responsável, porque coadunante com o princípio da racionalidade, que rege a Universidade, e que se concretiza nos seus quatro predicados fundamentais: saber, cultura, técnica e vida ou forma consubstancial da vida. Aqui, as pilstras da Educação, que visa a feitura do Homem total. «Hominem fieri educatio est».

Por esta razão, é que, na definição de Universidade, se encontra a expressão COM LIBERDADE RESPONSÁVEL.

Uma faceta peculiar da Universidade revela-se pela pesquisa. O seu lado altamente econômico. Na pesquisa, Universidade e Economia se encontram.

Assim como economia é uma relação de trabalho, pesquisa é trabalho, que se espraia, por todos os cantos do existir humano: científico, histórico, artístico, social, jurídico, educativo, etc.

Logo, falar de Universidade é falar de Economia, razão, por que a Universidade deve ser rentável. De fato, pela Universidade se obtém o máximo de benefício com o mínimo de gasto. Como fato eminente social a Universidade racionalizará, pela aplicação dos princípios técnico-científicos, as mutações inevitáveis da sociedade. A lentidão desaparecerá ante a agilidade científica. O artesanato restará ao homem como simples «hobby» à inteligências esclarecidas.

Erro lamentável é a separação da Universidade da Economia, como se afirmasse: à Universidade, o espírito, à Economia, a matéria.

Já se afirmou ser o Homem duplo. Por isto, é falso concluir que no homem se processem necessidades pura e simplesmente materiais, ou, simplesmente, espirituais.

Com acerto, a respeito, ensina MILLAN PUELLES: «A verdadeira realidade do ser humano, digamos assim, é a que se apresenta determinada pela intersecção da sua matéria e do seu espírito. Toda a complexidade da vida econômica procede, definitivamente, deste entrecruzamento, sem o qual não é possível compreendê-la, mas, sim, torná-la caricata ou, o que, sem dúvida, é pior, apresentar-lhe uma falsa imagem, mais apropriada para se explicar a conduta do verdadeiro animal irracional, do que para tornar intelegível a vida específica do homem.

Por outro lado, cada vez se nos torna mais patente a ineludível verdade de que os valores próprios da cultura e, em geral, os que expressam a mais alta vida do espírito, em todas as suas dimensões, são fatores inteiramente necessários, não, apenas, por seu sentido intrínseco, mas, também, para a inteligente produção e para a adequada e reta distribuição dos bens de caráter material.

E estes bens, por seu turno, não são exclusivamente materiais. O homem, com efeito, não os produz, de modo puramente material, mas potenciando e elevando suas faculdades físicas com o poder do espírito. E, diga-se, também, o espírito intervém na atitude que se toma, perante estes mesmos bens materiais, quando já elaborados. A experiência, a mais elementar inclusive, aliada a um mínimo de reflexão, mostra-nos o mesmo, nos mais variados setores das atividades econômicas, a tal ponto que só não vêm os cegos». (17).

Por fim, diga-se que os bens materiais, como os espirituais «valem» e o conceito de «valor» é produto do espírito.

A conclusão de Millan Puelles é significativa: «é precioso insistir na afirmação de que a Economia e a Universidade relacionam-se, de maneira mais íntima, por sua origem como no espírito humano. Ambas surgem dele e não de algo externo. Embora se valham de alguns meios materiais, são espirituais, na fonte, de que brotam, e a que devem toda a eficácia. (18).

Por tudo isto, é por demais patente a atuação material da Universidade, na vida prática. A Universidade é útil, rentável. Cultuá-la é fazer economia.

Não é diferente a observação de um dos maiores órgãos de nossa imprensa: «... é oportuno consignar que a Real Academia de Ciências da Suécia houve por bem outorgar ao norte-americano THEODORE SCHULTZ o Prêmio Nobel de economia de 1979, considerando o valor dos seus estudos relativos à importância do capital humano, com ênfase especial para os setores da educação e da pesquisa. Suas conclusões permitiram deduzir que o investimento na preparação adequada do homem tende a produzir efeitos ainda mais amplos que os demais investimentos, sendo portanto, de capital importância para o equilíbrio sócio-econômico das coletividades.

Não precisamos de muito esforço de memória para recordar o que foi o soerguimento do Japão, da Alemanha e de outros países devastados pela Segunda Guerra Mundial, com base quase unicamente no seu capital humano», (19).

(17) ANTONIO MILLAN PUELLES, *Universidad y Sociedad*, págs. 64/65.

(18) Id., ib., pág. 122.

(19) EDITORIAL: O Estado de S. Paulo, 23 de novembro de 1979, apud A Crise da USP, pág. 16.

3.4. Resta-nos tratar da finalidade precípua da Universidade: DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO CULTURAL DO HOMEM E SUA INTEGRAÇÃO NA COMUNIDADE.

Do que se disse supra se patenteia a finalidade da Universidade. No entanto, acrescentemos algo mais.

Os fins, da Universidade eidética ou não, estão perfeitamente consignados, no Decreto nº 52.326, de 16 de dezembro de 1969, (D.O. de 17-12-69), que aprova o Estatuto da Universidade de São Paulo, cujo artigo 2º diz:

«São fins da Universidade de São Paulo:

- I — o desenvolvimento e a promoção da cultura, por meio do ensino e da pesquisa;
- II — a formação de pessoas aptas ao exercício da investigação filosófica, científica, artística, literária e desportiva, bem como ao do magistério e de atividades profissionais;
- III — a prestação de serviços à comunidade

Mais uma vez são oportunas as palavras de MILLAN PUELLES «... el servicio a los fines del quehacer universitario debe comprometer al cuerpo social entero, quiero decir, a todos seus miembros responsables, no sólo a los que desempeñan las funciones — imprescindibles, pero no suficientes ni absolutas — de la gestión estatal del bien común», (20)... «Pero lo primordial y sustantivo es que la Universidad sea concebida como un menester social en la más ancha acepción», (21).

A Universidade deve ser tida como o mais proficiente fator social, uma vez que busca, como diz sua conceituação, «o desenvolvimento e a promoção cultural do Homem, para que se integre na comunidade». Ela visa a formação integral do Homem, (corpo e espírito). O Homem para si, e o Homem para outros —, adequadamente entrosado no meio social, com vista ao Bem Comum.

Como fator social, a Universidade deve se revelar, por total «autonomia». Só um ser autônomo, livre, pode ser o modelador de outros. Caso contrário, seria instrumento de terceiros, grupos privados ou o Estado. Estes seriam os plasmadores de homens e a Universidade instrumento.

«Autonomia não significa segregação, mas, pelo contrário, uma intensificação da docência, para que, por ela, as demais zonas se beneficiem». (22).

(20) ANTONIO MILLAN PUELLES, *ib.*, pág. 9.

(21) *Id.*, *ib.*, pág. 10.

(22) ROBERTO AGRAMONTE, *ib.*, pág. 52.

Por isto, a Universidade deve ser ela mesma, senhora de seus problemas e soluções.

Esta autonomia decorre de sua característica funcional, no seio da comunidade.

O relacionamento Universidade-Sociedade «não é unilateral e irreversível, no sentido de que a ação de uma seja a causa eficiente do que acontece na outra: a relação é de interdependência funcional. Por isto, diz HADANE, é nas universidades que se reflete a alma dos povos». (23).

A Universidade, de fato, não é simples efeito do meio exterior, efeito mecânico que desconhece sua causa. Esta seria uma Universidade sem consciência. Não, porém, uma Universidade autárquica, que é «causa sui», capaz de irradiar energias no meio circundante. Elemento de formação, é vetor de iniciativa. Ora, de que serviriam as universidades se não se adaptassem ao momento histórico? Se não levar a coloração da época? Por isto, a Universidade eidética tem vocação para o concreto. É feita para homens e não para anjos. Deve amoldar-se às circunstâncias, deve fazer-se histórica conjuntural.

Com efeito, fator social dinâmico, a Universidade deve ser para o povo, como exige a vida moderna, em que impera o regime existencial da massa. A Universidade deve, nos dias atuais, cumprir sua missão democrática. Deve abrir suas portas a todo cidadão, que tenha possibilidade e aptidão para o «exercício da investigação», para «o magistério» ou para as «atividades profissionais», para que, depois, onde estiverem, possam ser benéficos à comunidade. Seletiva, neste sentido, a Universidade cumprirá um dos postulados de democracia moderna, que se opõe ao sistema castista, destruidora de vocações e avessa ao gênio e ao talento. (24).

Este instrumento colossal, a serviço do Bem Comum, a Universidade, deve ser resguardado, em sua dignidade, em sua natureza livre e autárquica, quer dos «ismos» infensos à Cultura, quer dos assomos do dragão político. De interesse comum, a Universidade é patrimônio da Nação. Como tal, de interesse e segurança nacionais. Em consequência, diante da política positiva, que faz jogo de interesses transitórios, que almeja a conquista do poder ou determinadas prerrogativas, a Universidade deve ser «dipolítica». Diante dos avanços sorrrateiros da doutrina totalitária, deste ou daquele lado, a Universidade deve apegar-se aos fins éticos de sua missão, para que não ponha em jogo, a sua autarquia espiritual. Para que ela não venha a negar a si mesma.

Com este protótipo de Universidade, forja-se a sociedade, onde se cultua à liberdade e todos os demais direitos do Homem; onde possa se decidir por esta ou aquela atitude, pelo «Amor» ou pelo «Ódio»,

(23) Id., ib., pág. 61.

(24) Id., ib., pág. 58.

pelo «Norte» ou pelo «Sul», através da «Lei», que é a «causa» e o «fundamento» da sua «liberdade». (25).

Do que se disse, conclui-se que a Universidade é de relevância para a Segurança de uma Nação, quer resguardando o homem, (Segurança Individual), quer a comunidade, (Segurança Comunitária). Pela Universidade eidética, fortalece-se o Poder Nacional, que proporcionará ao Bem Comum a realização dos seus anseios de conservação, de equilíbrio e de progresso e que estão latentes no conceito de Universidade.

III — *A Universidade Brasileira*

1. Conceito.

A Universidade Brasileira é a Universidade eidética, que se cristaliza, na conjuntura brasileira.

Tomando a Universidade de São Paulo, USP, como padrão das Universidades Brasileiras, podemos defini-la como «autarquia de regime especial, com autonomia didático científica, administrativa, financeira e disciplinar, sujeita à fiscalização do Governo do Estado, no que disser respeito à tomada de contas e inspeção de contabilidade», (art. 1º, do Estatuto da Universidade de São Paulo, aprovado pelo Decreto nº 52.326, de 16 de dezembro de 1969, (D.O. de 17-12-69)).

Seus fins são os expostos, no artigo 2º, do mesmo Estatuto, objeto de considerações anteriores.

«A Universidade é constituída de Unidades formadas pela união de Departamento afins, bem como de órgãos anexos», como diz o artigo 3º do Estatuto.

2. História.

A história da Universidade Brasileira é a mesma da Universidade eidética.

Nasce com o Homem, que, desde o início, procura perverter o espírito universitário. Quer dele se prevalecer para se tornar outro deus, pelo intelecto. Adão foi expulso do paraíso, comendo o fruto proibido da «árvore do saber».

Na antiguidade grega, vemos o embrião da estrutura universitária, Academia e nos Liceus, em que as «ciências», as «letras» e as «artes» são cultivadas.

Os romanos tomam dos gregos a «ciência», as «letras» e a «arte», mas é no Direito que assomam a dianteira. Com base na Lei das Doze Tábuas, criam o monumento jurídico, que, até hoje, encanta o Mundo: o Direito Romano.

(25) BENEDICTO MOTTA, O Homem, a Sociedade, o Direito, em Marx, pág. 126.

Falando da Idade Média, em sua clara e peculiar didática, JONATHAS SERRANO, conta o estruturar das Universidades. «A geral decadência da instrução», diz-nos ele, «nos séculos IX e X seguiu-se, do século XI em diante, verdadeiro renascimento; mas até o princípio do XII, foram os mosteiros e escolas episcopais os centros da cultura intelectual».

«Datam de então corporação de professores, associações destinadas exclusivamente ao ensino: tais foram as Universidades. As mais antigas, a de PARIS e a de BOLONHA, adquiriram grande fama. A de Paris era preferida pelo estudo da teologia; a de Bolonha, para a jurisprudência. Naquela ensinaram Abelardo e Pedro Lombardo; na última, Irnério, professor de Direito. Ambas serviram de modelo às que em seguida se criaram (Oxford, Cambridge, Salamanca, Coimbra, etc.).»

«A Universidade de Paris era a maior escola da Europa: freqüentavam-na mais de 20.000 estudantes de vários países. O ensino era feito em latim, e dividiam-se os estudos em dois grupos: o «trivium» (gramática, retórica e lógica) e o «quadrivium» (aritmética, geometria, astronomia e música), formando o todo as «sete artes liberais». A universidade compreendia quatro faculdades: teologia, direito, medicina e artes.»

«Como muitos estudantes eram pobres, pessoas ricas e caridosas fundaram «colégios», onde aos jovens sem recursos se dava casa e comida (l-Tal é a origem da Sorbonne, criada por um capelão de S. Luiz Roberto de Sorbon)». (26).

Estruturadas, as Universidades se espalharam pelo Mundo.

«Alvo de discussão», assevera ANTÔNIO GASPAS RUAS, «o início do ensino superior no Brasil. Enquanto, para alguns autores de nomeada, os primeiros cursos superiores só foram estabelecidos, a partir de 1808, pelo príncipe regente D. João, para outros, entretanto, os jesuítas ofereceram esse grau de ensino bem antes. O Colégio de Salvador chegou, segundo afirmam, a conceder o grau de bacharel em Artes, indicando, assim, que, também, nesse estabelecimento, se acrescentou o conteúdo de faculdade de arte medieval, tendo, portanto, sido adotada entre nós, a norma de atuação educativa apontada pela história da educação, para os estabelecimentos mantidos na época sob a orientação da Companhia de Jesus.»

As «aulas» de anatomia e cirurgia, criadas, em 1808, pelo então futuro D. João VI, na Bahia e no Rio de Janeiro, representam, segundo a opinião comum dos autores, os primeiros cursos superiores profissionais no Brasil. Dessas «aulas» iriam resultar, pouco mais de 20 anos depois, as Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro.»

Entretanto, segundo Ferreira, antes disso, em 1804, realizaram-se em São Paulo, perante o governador, o bispo diocesano e a nobreza da capitania, os primeiros exames de cirurgia, como avaliação dos estudos realizados segundo o plano apresentado, ao poder real, ao findar-se o século XVIII, pelo Governador Antônio Manuel de Mello Castro e Mendonça, com o intuito de criar-se uma Academia Médico-Cirúrgica a funcionar ao lado da Academia Militar. Segundo Liberralli, em comunicação apenas à obra de T. L. Ferreira, anteriormente citada, o plano de Castro e Mendonça representava progressos sobre as práticas correntes na Metrópole, embora «só em muito fraca escala frutificaria, seis anos depois, nas «Aulas de Cirurgia» do seu sucessor, Franca e Horta».

«Do mesmo ano de 1808 é a criação da Academia dos Guardas Marinhas, que viria a ser mais tarde a atual Escola Naval».

«A Academia Real Militar, fundada pelo príncipe regente, em 1810, transformou-se, em 1858, na antigamente muito citada Escola Central, destinada, na época, ao ensino de Matemática e Ciências Físicas e Naturais bem como à formação de oficiais para o exército e engenheiros civis. Em 1873, a Escola Central com o seu currículo de engenharia civil passa para o Ministério do Império, dando lugar à Escola Politécnica do Rio de Janeiro. O ensino militar destacou-se para constituir a Escola Militar».

«Os cursos jurídicos criados em 1827, em Olinda e São Paulo, dão lugar, em 1854, às Faculdades de Direito de Recife e São Paulo, respectivamente.»

«No início do último quartel do século XIX, organizava-se a Escola de Minas de Ouro Preto.»

«Ao findar-se o império havia pouco mais de uma dezena de estabelecimento de ensino superior». (27).

3. Datas significativas da vida universitária brasileira.

1908: A Ordem Beneditina cria, em São Paulo, sob a inspiração de D. MIGUEL KRUSE, a Faculdade de Filosofia de São Bento, agregada, em 1911, à Universidade Católica de Louvain (Bélgica), reconhecida, em 1936, pelo Governo Federal: iniciativa de renovação e de alargamento do ensino superior, embora com um sistema fechado. (28).

1912: Fundação da Universidade de Curitiba, que fecha «por não haver padrão oficial a que se equiparasse».

(27) ANTÔNIO GASPARETTO, *O Ensino Superior no Brasil e sua estrutura básica*, apud WALTER E. GARCIA (organizador), *Educação Brasileira Contemporânea: organização e funcionamento*, págs. 127/128.

(28) FERNANDO DE AZEVEDO, *A Cultura Brasileira*, págs. 679/680, nota 26.

- 1920: Presidente Epitácio da Silva Pessoa cria a Universidade do Rio de Janeiro.
- 1927: Criação da Universidade de Minas Gerais.
- 1931: O Governo Provisório, por proposta de Francisco Campos, institui o regime universitário e baixa o primeiro decreto, regulando as Universidades Brasileiras.
- 1934: Armando Salles de Oliveira, Governador de São Paulo, pelo decreto de 25 de janeiro, funda a Universidade de São Paulo, constituída das escolas superiores profissionais existentes e de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, como medula do sistema. (29).
- 1937: Ministro Gustavo Capanema muda o nome da Universidade do Rio de Janeiro para o de Universidade do Brasil, que absorverá, em 1938, a Universidade do Distrito Federal, criada, em 1935, por Anísio Teixeira. Com o passar do tempo, as Universidades do Brasil se multiplicam, com prejuízo do nível do ensino.

4. A Problemática da Universidade Brasileira.

4.1. A mais significativa das Universidades Brasileiras mostra-nos, como um espelho refletor, a problemática da Universidade Brasileira.

Em livro recentíssimo, setembro de 1980, denominado «A Crise da USP», a opinião pública paulista se abalança, diante da apregoada crise do ensino universitário de São Paulo, que atinge o seu monumento de glórias nacionais: a USP.

Pela nervura dorsal do livro, vislumbra-se que a grande instituição está ameaçada, sendo necessário que se faça a DEFESA DA UNIVERSIDADE (I). Uma das ameaças provém do espectro, para alguns, da imposição de um ensino público pago. E, neste ponto, as vozes não se entrosam, DEFESA (ATAQUE) DO ENSINO PÚBLICO E GRATUITO (II). No entanto, o nó górdio da questão parece estar colocado no item III: QUESTÃO ORÇAMENTÁRIA E SALARIAL (III).

4.2. De lado a conjuntura paulista, qual o quadro, que a realidade nacional nos oferece, do Ensino Universitário?

FERNANDO DE AZEVEDO, o grande pedagogo e sociólogo, com máxima autoridade, fala-nos, a respeito:

«Projetaram-se e começaram a edificar-se cidades universitárias,» em que, como a de S. Paulo, que, destinada a agrupar numa área de cerca de quatro milhões de metros quadrados todos os seus

(29) Id., ib., pág. 679.

institutos, vai surgindo em terrenos de Butantã, as vultosas construções de cimento armado, sem nada acrescentarem à beleza de paisagem urbana, constituem antes um aspecto da expansão quantitativa e material do que o suporte reclamado pela grandeza espiritual das instituições. Mas, com todo esse aparato e essa largueza de créditos, nenhum impulso de entusiasmo, nenhuma idéia de renovação de espírito e de estrutura, nenhum novo esforço de «evolução criadora». Se, de fato, excetuarmos o Manifesto dos Fundadores da Universidade de S. Paulo, em que se repôs, em termos mais largos, o problema universitário e se pretendeu reabrir a discussão de uma reforma fundamental, nenhum outro grito de alarma se ergueu, para a análise crítica e reconstrutiva da situação, em que a complexidade dos problemas postos e a impotência para resolvê-los, já acusam uma crise da Universidade, tanto mais grave e profunda quanto ela reflete menos conflito de forças internas do que a crise econômica, política e social que atravessa o país.

«Para essa crise que, na verdade, é do ensino universitário, em geral, não tem contribuído menos a proliferação de Faculdades de Filosofia e de outras, de formação profissional, que foram surgindo por toda parte, e o descontrolado crescimento numérico de ginásios e colégios em que assentam os fundamentos dos estudos superiores. Se, quando apenas se iniciava o ciclo de crescimento, os governos e as instituições particulares já encontrariam dificuldades para assegurar, mediante escrupulosa seleção de docentes, uma alta qualidade de ensino em escolas secundárias e superiores, é fácil compreender que a desmedida e tumultuária expansão quantitativa que se seguiu, de umas e outras, tinha de forçosamente agravá-las, tornando-as quase insuperáveis. Nenhuma providência, realmente eficaz, se tomou para removê-las nem para enfrentar e pôr em via de solução o grave problema de redução gradativa do ritmo de trabalho escolar e do rebaixamento do nível de ensino em grande parte das instituições. O projeto de lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em sua última redação, além de constituir uma quase renúncia do Estado ao ensino público, não tratava dessas questões essenciais em nenhuma de suas disposições. Foi diante de tão sombria perspectiva que educadores entre os de maior responsabilidade tomaram posição frontalmente contrária ao projeto de lei, em discussão nas duas Câmaras, batendo-se pela sua rejeição. Daí o Manifesto com que se rompeu o debate público e que foi lançado em maio de 1959 assinado por 180 educadores, cientistas e escritores. Mas foi em vão toda a campanha em que, nesse sentido, se enpenharam por mais de um ano de ásperas lutas. Aprovado, afinal, o projeto, não tardou em ser sancionado, como foi a 20 de dezembro de 1961, para entrar em execução em 62, a lei de Diretrizes e Bases que se excedera em seus propósitos relativos ao ensino privado e à flexibilidade do sistema. De fato, ao primeiro plano transfere a lei o ensino particular, leigo ou confessional, como se o Estado se dispusesse a aliviar-se de uma de suas obrigações fundamentais, — a educação pública; e, dominada pela mística da flexibi-

lidade, não se detém, em seus excessos, diante do perigo de favorecer, com êles, a instabilidade, natural nos jovens, e comprometer-lhes a formação, o poder de facilitar a circulação horizontal de estudantes, de uma escola para outra, do mesmo nível, mas de finalidades muito diferentes.»

«A tendência à expansão do ensino médio, que se tem alargado à medida que se estende a rede de escolas primárias despojando-se cada vez mais do caráter de ensino de classe (ginasial de tipo clássico), e a lentidão dos progressos do ensino universitário, apesar do esforço desenvolvido no sentido de elevar o nível de cultura, mostram a dificuldade extrema da tarefa que nos impusemos estes últimos anos: o ajustamento de duas épocas e duas histórias diversas. Certamente a força que adquiriu essa expansão cultural, contribuindo para alcançar as massas às fontes de cultura, e elevar-lhes o nível de conhecimentos, não deixará de concorrer para reduzir, se não para soldar, como o tempo, a ruptura entre os criadores e o povo, e preparar essa cultura de mandato social, que admite e supõe o princípio qualitativo e, sendo obra aristocrática, é, na verdade, obra de todo um povo, — «duplo caráter que é profundamente inerente às épocas orgânicas». Mas, essa extensão de ensino e de cultura que é, como vimos, um processo de democratização, não se realiza senão a preço do nível cultural, por uma redução da qualidade ou um nivelamento por baixo, em que o antigo privilégio das elites, cristalizado para seu próprio uso, acabaria por ceder e estender-se ao público mais largo das sociedades democráticas» (30).

Fernando Azevedo, com percuciência, vai ao âmago da questão e, com a natural frieza do cientista, aponta as causas últimas da problemática da Universidade Brasileira.

Diferentemente, agem os demagogos, que, do ensino, fazem bandeira, para a defesa de interesses particulares.

Digna de nota, neste sentido, são algumas manifestações, que lemos e ouvimos, recentemente.

Na mesa redonda, realizada, em 15-09-80, no prédio da Faculdade de Economia da USP, sobre o tema «Universidade para uma Sociedade Democrática», falaram-se verdades e demagogia. Professores autênticos e raposas do ensino. Uns imbuídos do ideal universitário, outros, levados pela ânsia da autopromoção.

VERDADE

1. CONCLUSÃO DA MESA REDONDA

- a) «A democracia só estará presente na Universidade Brasileira, quando esta for autônoma, quando forem permitidos

(30) Id., ib., págs. 693/696.

canais de participação para os alunos e funcionários e ainda quando forem públicos os seus atos administrativos;

- b) A Universidade Brasileira deve lutar para ganhar o respeito e ser digna do seu papel e o primeiro passo para isso deve ser a reconquista do comando de si mesma».

2. Fala do Professor *JOÃO EDUARDO VILLALOBOS* da Faculdade de Educação: «Não estamos em uma Universidade democrática...»

«Não existe, uma Universidade ideologicamente engajada, porque, se assim fosse, esse engajamento estaria ligado à direção de um partido» e dependeria deste partido a solução de poder». . . «A Universidade «de sonho» seria uma Universidade de cultura livre, aberta a todas as tendências em que todos pudessem se encontrar e debater, fazendo jus à sua produtividade científica», cultural e artística», («O Estado de São Paulo», de 16 de setembro de 1980).

3. 1º Congresso da USP, iniciado em 15-09-80, o Professor *FAUSTO CASTILHO*, da Escola de Comunicações e Artes, diz que «a descentralização do poder na Universidade de São Paulo é necessária e urgente, uma vez que criará, entre outras coisas, condições para que professores, estudantes e funcionários participem da escolha, pelo voto, tanto do reitor e diretores de faculdades e institutos da USP.»

«A forma como esse processo iria se desenvolver seria posteriormente discutida, tendo-se como ponto de partida, no entanto, a necessidade de eleições livres, nas quais participaria toda a comunidade universitária», (Folha de São Paulo, de 17 de setembro de 1980).

4. PROPOSIÇÃO.

O Professor Fausto Castilho «propôs» a criação de um órgão, que seria um Fundo das Universidades Públicas do Estado de São Paulo, constituído com base em um percentual a ser fixado — sobre a receita tributária.

O critério para a fixação desse percentual levaria em conta uma avaliação prévia das reais necessidades dos recursos que as universidades estaduais se mantenham em pleno desenvolvimento.»

«Ainda, segundo o professor da ECA, a Administração desses recursos deveria ser feita pelas três universidades em conjunto (USP, UNESP e UNICAMP). Igual procedimento seria adotado, também, para a prestação de contas do Tribunal de Contas e à Assembléia Legislativa», (Folha de S. Paulo, ib.).

DEMAGOGIA

Consideramos «demagogia» as frases de efeito, sem sustentáculo de base. Assim:

FAUSTO CASTILHO: «deram um nó dentro da universidade do tamanho do Brasil, concentrando poder nas mãos de poucas pessoas», (Folha de S. Paulo, ib.).

JOAO EDUARDO VILLALOBOS: «Não estamos em uma universidade democrática. Depois de 1968 criou-se na USP um sistema de poder que está se perpetuando. Este sistema corresponde a uma espécie de oligarquia que manipula um orçamento superior ao de 14 Estados do Brasil» (Folha de S. Paulo, ib.).

DARCY RIBEIRO: ex-Ministro da Educação — na aludida mesa redonda, «lembrou a situação de privilégio que os alunos que estudam na USP desfrutam e afirmou que a Universidade foi avassalada pela pressão e repressão dos últimos anos», por culpa, inclusive, «de pretensos doutores» que compõem o CFE. «Vocês estudam tanto que não têm tempo para aprender. É um fato: «Vocês estudam o dobro das matérias e têm o dobro das aulas dos estudantes alemães».

«Criticando a persistente tutela da Universidade, o professor lembrou também que é necessário expurgar três desgraças que ocorrem quando uma universidade perde a democracia: os gerentes, «velhos universitários em dignidade» quando se converteram em delatores; «os brasilianistas» e ainda aqueles que ele chamou de «Cavalo de Santo», porque só repete o que leu e não assimilou», (O Estado de S. Paulo ib.).

IV *Conclusão: Solução à problemática da Universidade Brasileira.*

Tanto as *verdades* quanto a *demagogia*, que, hoje, são *assacadas* contra a Universidade Brasileira, as primeiras se confirmam e as últimas se destróem, ao se verificar o conteúdo do pronunciamento do prof. ANTÔNIO OLIVEIRA BRITO, quando Ministro da Educação.

Os professores, imbuídos do ideal universitário, e os ditos educadores, meditem sobre o seu conteúdo, cujas soluções julgam válidas, nos dias correntes. Dali se depreende que o mal não vem de 1964, nem de 1968. Pelo contrário, grassa, no ensino universitário, há muitos anos, com inércia dos responsáveis.

Nessa fala, duas eram as medidas, que convém relembra-las, por sua eficácia, se, realmente, aplicadas: «A primeira é a garantia de uma verdadeira autonomia à universidades, que as liberte dos procedimentos cartoriais que até então caracterizavam a ação do Ministério, que alforrie da legislação contraditória e detalhista que lhe tolhe qualquer iniciativa renovadora, que as livre da intervenção oficial intempestiva na vida didática, administrativa, financeira e disciplinar. A contraparte da autonomia plena, observa o autor, é o espírito de responsabilidade de seus atos diante da opinião pública, dos professores e dos estudantes. Essa responsabilidade será inatingível enquanto os órgãos burocráticos de controle do serviço público tratarem o corpo docente das universidades como mera parcela do funcionalismo e en-

quanto os professores desejarem permanecer nessa situação. Será também impossível, enquanto o orçamento dos estabelecimentos de ensino superior não for elaborado à luz de critérios econômicos de utilização máxima dos recursos nacionais disponíveis. A segunda condição é a reforma, ou seja, a tomada de consciência pela Universidade Brasileira dos seus problemas com a deliberação de enfrentá-los e resolvê-los». (31).

Ao finalizarmos, lembrando-nos de que uma das conquistas do homem, com validade de verdade eterna, no plano eidético, a Universidade — por isto, posta além das crises —, deve ser vista e analisada, no estágio conjuntural, pela estrutura do raciocínio do Prof. MIGUEL REALE, o reitor de sempre, que, lastimando os males que afligem o «universo do saber», conclui: «... parece-me que a crise existente é mais «na» do que «da» instituição. Por outras palavras, trata-se menos de uma crise de estrutura, que esteja reclamando urgentes alterações de fundo do que de erros e deficiências devidos a fatores exógenos, quer por falha compreensão dos objetivos da entidade, quer como reflexo da sociedade brasileira sob o impacto de graves dificuldades políticas e econômicas», (MIGUEL REALE, op. cit. pag. 160).

Bibliografia

- (1) AGRAMONTE, ROBERTO, *Sociologia de la Universidad*, Biblioteca de Ensayos Sociológicos, Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Nacional, Mexico, D.F., 1948.
- (2) AZEVEDO, FERNANDO DE, *A Cultura Brasileira*, 4ª edição, 1963, Editora Universidade de Brasília.
- (3) ENCICLOPÉDIA BRASILEIRA GLOBO, Editora Globo, Porto Alegre, 12ª edição, 1ª impressão, 1971.
- (4) JOLIVET, RÉGIS, *Vocabulário de Filosofia*, Buenos Aires — Ediciones Desclee, De Bouwer, 1954.
- (5) MOTTA, BENEDICTO, *O Homem, a Sociedade, o Direito, em Marx*, Editora Revista dos Tribunais Ltda., 1978.
- (6) PUELLES, ANTONIO MILLAN, *Universidad y Sociedad*, Ediciones Rialp S.A., Madrid, 1976.
- (7) REALE, MIGUEL, *A «Crise» da USP* (2), Folha de S. Paulo, 29 de maio de 1980, apud *A Crise da USP*, organizador — BRAZ JOSÉ DE ARAUJO, Livraria Brasiliense Editora S.A., 1980.
- (8) RUAS, ANTONIO GASPAS, *O Ensino Superior no Brasil e sua estrutura básica*, apud WALTER E. GARCIA (organizador), *Educação Brasileira Contemporânea: organização e funcionamento*, Editora MC Grawhill do Brasil Ltda., São Paulo, 1976.
- (9) SERRANO, JONATHAS, *Epítome de História Universal*, 20ª edição, Livraria Francisco Alves.

(31) ENCICLOPÉDIA BRASILEIRA GLOBO, XII, verbete «Universidade».